

CADERNO DE ENCARGOS

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

**“P116/2025 - CONCEÇÃO DE PROJETO DE ILUMINAÇÃO
FESTIVA E DECORATIVA DO NATAL DE 2025 PARA AS
CIDADES DE OURÉM E FÁTIMA (16220/2025)”**

CONCURSO PÚBLICO – CONCEÇÃO

MUNICÍPIO DE OURÉM
CÂMARA MUNICIPAL
Caderno de Encargos

P116/2025 - Conceção de Projeto de Iluminação Festiva e Decorativa do Natal de 2025 para as cidades de Ourém e Fátima (16220/2025)

-Página 1 de 19-

ÍNDICE

CAPÍTULO I – DISPOSIÇÕES GERAIS	3
Cláusula 1. ^a – Objeto	3
Cláusula 2. ^a – Contrato	3
Cláusula 3. ^a – Prazo	3
CAPÍTULO II – OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS	4
SECÇÃO I – OBRIGAÇÕES DO ADJUDICATÁRIO	4
SUBSECÇÃO I – DISPOSIÇÕES GERAIS	4
Cláusula 4. ^a – Obrigações principais do prestador de serviços/fornecedor	4
Cláusula 5. ^a – Forma de Prestação do serviço	4
Cláusula 6. ^a – Transferência de propriedade	
Cláusula 7. ^a – Obtenção de licenças e autorizações para exercício da atividade, patentes, licenças e marcas registadas	
SECÇÃO II – OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO DE OURÉM	5
Cláusula 8. ^a – Preço contratual e preço base	5
Cláusula 9. ^a – Condições de pagamento	6
Cláusula 10. ^a – Faturação	6
CAPÍTULO III – PENALIDADES CONTRATUAIS E RESOLUÇÃO	6
Cláusula 11. ^a – Penalidades contratuais	6
Cláusula 12. ^a – Dever de Sigilo	7
Cláusula 13. ^a – Força maior	7
Cláusula 14. ^a – Resolução por parte do contraente público	8
Cláusula 15. ^a – Resolução por parte do prestador	9
Cláusula 16. ^a – Direitos de autor	
CAPÍTULO IV – CAUÇÃO	9
Cláusula 17. ^a – Execução da caução	9
CAPÍTULO V – RESOLUÇÃO DE LITÍGIOS	10
Cláusula 18. ^a – Foro competente	10
CAPÍTULO VI – DISPOSIÇÕES FINAIS	10
Cláusula 19. ^a – Subcontratação e cessão da posição contratual	10
Cláusula 20. ^a – Comunicações e notificações	10
Cláusula 21. ^a – Legislação aplicável	10
Cláusula 22. ^a – Especificações Técnicas	10
ANEXO I	11

CADERNO DE ENCARGOS

Capítulo I Disposições gerais

Cláusula 1.^a Objeto

1 - O presente caderno de encargos, compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto principal a contratação de prestação de serviços para a execução da **“P116/20025 - Conção de Projeto de Iluminação Festiva e Decorativa do Natal de 2025 para as cidades de Ourém e Fátima 16220/2025”**, de acordo com as peças do procedimento e em conformidade com o exigido no Código dos Contratos Públicos e demais legislação aplicável, cujo preço base foi apurado no projeto de conceção, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

Cláusula 2.^a Contrato

- 1 — O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.
- a) Os suprimimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
- b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
- c) O presente Caderno de Encargos;
- d) A proposta adjudicada;
- e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
- 3 — Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
- 4 — Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.

Cláusula 3.^a Prazo

- 1 - O contrato mantém-se em vigor, conforme a seguir indicado e até à total prestação do serviço objeto do contrato, sem prejuízo da manutenção das obrigações acessórias decorrentes da execução do contrato por parte do adjudicatário:
- a) Início das montagens: 03 de novembro de 2025
- b) Ligação oficial da iluminação: 05 de dezembro de 2025
- c) Encerramento oficial: 06 de janeiro de 2026
- d) Desmontagens: 07 de janeiro de 2026;
- 2 - O horário de funcionamento das iluminações deverá ser o seguinte:
- a) domingo a quinta-feira: 17h30-00h30;
- b) sexta-feira, sábado e vésperas de feriados: 17h30-01h00.

3 - A desmontagem de todas as estruturas deverá ocorrer a partir do dia 08 de janeiro de 2026, devendo estar concluída, impreterivelmente, até ao dia 1 de fevereiro de 2026.

Capítulo II
Obrigações contratuais

Secção I

Obrigações do Adjudicatário

Subsecção I

Disposições gerais

Cláusula 4.^a

Obrigações principais do prestador de serviços/fornecedor

1 - Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente Caderno de Encargos, da celebração do contrato decorrem para o prestador do serviço a obrigação principal de prestar o serviço identificado na sua proposta ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o prestador de serviços, em conformidade com a absoluta subordinação aos princípios da ética profissional, isenção, independência, zelo e competência, as seguintes obrigações:

- a) Execução do serviço, nos termos do presente caderno de encargos, da solução apresentada no âmbito do Concurso de Conceção, e da proposta adjudicada;
- b) Prestar o serviço dentro do prazo estipulado e de acordo com a metodologia de trabalhos constante da proposta apresentada;
- c) Conceção de cada projeto com entrega atempada da documentação necessária à requisição de energia elétrica;
- d) Utilização de tecnologia de baixo consumo energético e de calor, e equipamento "amigo do ambiente", tipo "LED";
- e) Nos projetos em que a iluminação decorativa "parte do solo", a utilização de material iluminativo de baixa voltagem (24 Volts), produto "amigo do ambiente", com um consumo de energia baixo e maior segurança para os transeuntes;
- f) Garantir as normas legais de segurança aquando da montagem/instalação e desmontagem dos equipamentos;
- g) Garantir a assistência técnica durante todo o prazo da prestação de serviços, a fim de assegurar a perfeição e o uso normal dos equipamentos, disponibilizando, para o efeito, um piquete, com habilitações para o exercício e respetivo equipamento, para prestar uma célere e eficaz manutenção.
- h) Garantir a existência de um coordenador que acompanhe a montagem e a desmontagens e assistência 24 horas.

Cláusula 5.^a

Forma de Prestação do serviço

A prestação de serviço será efetuada com autonomia, sem imposição do horário do trabalho, não se encontrando o prestador sujeito à disciplina e à direção da entidade contratante,

sem prejuízo do cumprimento das Especificações Técnicas constantes do anexo ao presente caderno de encargos, e do acompanhamento da execução do contrato através de reuniões de coordenação com o Serviço responsável pelo acompanhamento por parte da entidade adjudicante, a quem caberá a fiscalização do cumprimento integral das obrigações decorrentes do mesmo

Cláusula 6.^a

Transferência de propriedade

A transferência da posse e da propriedade dos elementos a desenvolver ao abrigo do contrato para o Município de Ourém, incluindo os direitos de autor sobre todas as criações intelectuais abrangidas pelos serviços a prestar, não sendo devida qualquer contrapartida para além do preço a pagar nos termos do presente Caderno de Encargos.

Cláusula 7.^a

Obtenção de licenças e autorizações para exercício da atividade, patentes, licenças e marcas registadas

1 - Compete ao prestador de serviços requerer, custear, obter e manter em vigor todas e quaisquer licenças e autorizações necessárias ao exercício das atividades integradas ou de algum modo relacionadas com o objeto do contrato, observando todos os requisitos que a tal sejam necessários, devendo informar, de imediato, quando estas lhe sejam retiradas, caducarem, forem revogadas ou por qualquer motivo deixarem de operar os seus efeitos, indicando, desde logo, que medidas tomou ou irá tomar para repor tais licenças em vigor.

2 - São da responsabilidade do prestador de serviços quaisquer encargos decorrentes do decurso da execução do contrato, de patentes, marcas ou licenças registadas.

3 - Caso o Município de Ourém venha a ser demandado por ter infringido, no decurso da execução do contrato, qualquer dos direitos mencionados no número anterior, o prestador de serviços terá de indemnizar de todas as despesas que, em consequência, haja de fazer e de todas as quantias que tenha de pagar seja a que título for.

1

Secção II

Obrigações do Município de Ourém

Cláusula 8.^a

Preço contratual e preço base

1 - Pela prestação de serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, a entidade adjudicante deve pagar ao prestador de serviços o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.

2 - O preço referido no número anterior não pode ser superior ao mencionado do ponto 9.º do artigo 4.º dos Termos de referência, isto é **200.000,00 € (duzentos mil euros)**, valor sem IVA.

3 - O preço referido no número 1 inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída a entidade adjudicante, incluindo, nomeadamente os relativos ao acondicionamento, embalagem, carga, transporte e descarga no local indicado, bem como seguros ou quaisquer outras despesas inerentes ao transporte ou

nomeadamente as despesas de alojamento, alimentação e deslocação de meios humanos, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.

4 - O preço a que se refere o n.º 2 é dividido pelas diversas fases de execução do Contrato, nos seguintes termos:

4.1- 65% do valor da proposta adjudicada, após a Ligação oficial da iluminação: 05 de dezembro de 2025

4.2 - 35% do valor da proposta adjudicada, após a conclusão das desmontagens e retirada de todos os equipamentos

Cláusula 9.^a

Condições de pagamento

1 - As quantias devidas pelo MO nos termos da(s) cláusula(s) anterior(es), deve(m) ser paga(s) no prazo de (60) sessenta dias, observando o cumprimento às normas estabelecidas no sistema de controlo interno do MO, particularmente, face à especificidade dos mecanismos de verificação da regularidade orçamental, financeira e económica subjacente aos processos de despesa pública e aos ganhos de eficiência e operacionalidade, no estabelecimento de planos de gestão de tesouraria mensais, com períodos de pagamento delimitados temporariamente, da seguinte forma.

2 - A confirmação de cada fase, far-se-á através de um auto de honorários, que será assinado pelo adjudicatário e pelo representante do MO, auto este, que após validação superior, será remetido ao serviço de contabilidade funcionando como ato de validação da fatura.

3 - Para o efeito dos números anteriores, considera-se vencida a obrigação com a realização dos serviços objeto do contrato.

4 - Em caso de discordância por parte do MO, quanto aos valores indicados nas facturas, deve este comunicar ao prestador de serviços, por escrito, os respectivos fundamentos, ficando o fornecedor obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.

5 - Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no n.º 1, as facturas são pagas através de cheque, transferência bancária ou numerário, consoante for mais fácil ao MO.

6 - Nas condições de pagamento a apresentar pelos concorrentes não podem ser propostos adiantamentos por conta dos bens a fornecer devendo reflectir a factura, os serviços efectivamente fornecidos no período a que se refere.

Cláusula 10.^a

Faturação

A faturação deverá respeitar o referido na cláusula n.º 8 e n.º 9.

Capítulo III

Penalidades contratuais e resolução

Cláusula 11.^a

Penalidades contratuais

1 — Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, o Município de Ourém pode exigir do prestador de serviços o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento da prestação do serviço, que poderá ascender até 20% do montante do preço contratual do procedimento.

2 — Em caso de resolução do contrato por incumprimento do prestador de serviços, o Município de Ourém pode exigir-lhe uma pena pecuniária até 20% do valor do preço contratual do procedimento.

3 — Ao valor da pena pecuniária prevista no número anterior são deduzidas as importâncias pagas pelo prestador ao abrigo da alínea do n.º 1, desta cláusula, relativamente à prestação de serviços cujo incumprimento tenha determinado a respetiva resolução.

4 — Na determinação da gravidade do incumprimento, o município de Ourém tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do fornecedor e as consequências do incumprimento.

5 — O Município de Ourém pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.

6 — As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que o Município de Ourém exija uma indemnização pelo dano excedente.

Cláusula 12.^a **Dever de Sigilo**

1 - O adjudicatário deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à entidade adjudicante, de que possa ter conhecimento ao abrigo, ou em relação, com a execução do contrato.

2 - A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.

3 - Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo adjudicatário, ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

4 - O adjudicatário deverá guardar sigilo quanto a informações que possa obter no âmbito da execução do presente contrato, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

Cláusula 13.^a **Força maior**

1 — Não podem ser impostas penalidades ao prestador, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.

2 — Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

3 — Não constituem força maior, designadamente:

a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do prestador, na parte em que intervenham;

- b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do prestador ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
- c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo prestador de deveres ou ônus que sobre ele recaiam;
- d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo prestador de normas legais;
- e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do fornecedor cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
- f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do prestador não devidas a sabotagem;
- g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

4 — A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.

5 — A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Cláusula 14.^a

Resolução por parte do contraente público

1 - Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei, o Município de Ourém pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o prestador de serviços violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem.

2 - O contrato pode ser resolvido pela entidade adjudicante em caso de incumprimento definitivo, grave ou reiterado, e culposos das obrigações assumidas no contrato pelo adjudicatário, nos termos gerais de direito, sem prejuízo das correspondentes indemnizações legais a que houver lugar.

3 - Para efeitos do disposto no número anterior, a entidade adjudicante comunicará por escrito a ocorrência da situação de incumprimento suscetível de gerar resolução contratual, concedendo à contraparte um prazo não inferior a 10 dias para que aquela reponha a situação de incumprimento, sem o que, o incumprimento se tornará definitivo e determinará a resolução contratual, nos demais termos gerais de direito.

4 - O contrato pode também ser resolvido pela entidade adjudicante caso se verifique alguma das seguintes situações, as quais são desde já consideradas como situações de incumprimento grave e culposos por parte do adjudicatário:

- a) Quando se verificar reiterada inobservância das disposições do contrato ou má-fé do adjudicatário;
- b) Prestação de falsas declarações;
- c) Estado de falência ou insolvência;
- d) Cessaçã da atividade;
- e) Condenação, por sentença transitada em julgado, por infração que afete a idoneidade profissional do adjudicatário e desde que não tenha ocorrido reabilitação judicial.

5 - O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração escrita enviada ao adjudicatário.

Cláusula 15.^a

Resolução por parte do prestador

1 — Tendo por base os fundamentos de resolução previstos na lei, o prestador pode resolver o contrato quando:

2 — O direito de resolução é exercido por via judicial, nos termos da Cláusula 14.^a.

3 — Nos casos previstos no n.º 1, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada ao Município de Ourém, que produz efeitos trinta (30) dias após a receção dessa declaração, salvo se este último cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.

4 — A resolução do contrato nos termos dos números anteriores não determina a repetição das prestações já realizadas pelo fornecedor, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato, com exceção daquelas a que se refere o artigo 444.º do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 16.^a

Direitos de autor

1 - O trabalho que vier a ser selecionado para adjudicação, nos termos da alínea g), artigo 27.º, do CCP, passará a constituir propriedade material do Município de Ourém, sem prejuízo do disposto no Código dos Direitos de Autor e Direitos Conexos;

2 - A titularidade do direito patrimonial, de autor, considera-se transferida para a Entidade Adjudicante, após a assinatura do contrato, sendo por isso sua propriedade exclusiva, sem lugar a pagamento de remuneração devida pelos direitos de autor e conexos.

Capítulo IV

Caução

Cláusula 17.^a

Execução da caução

1 — A caução prestada para bom e pontual cumprimento das obrigações decorrentes do contrato, nos termos do convite, pode ser executada pelo município de Ourém, sem necessidade de prévia decisão judicial ou arbitral, para satisfação de quaisquer créditos resultantes de mora, cumprimento defeituoso, incumprimento definitivo pelo fornecedor das obrigações contratuais ou legais, incluindo o pagamento de penalidades, ou para quaisquer outros efeitos especificamente previstos no contrato ou na lei.

2 — A resolução do contrato pelo Município de Ourém não impede a execução da caução, contanto que para isso haja motivo.

3 — A execução parcial ou total da caução referida nos números anteriores constitui o prestador de serviços na obrigação de proceder à sua reposição pelo valor existente antes dessa mesma execução, no prazo de dez (10) dias após a notificação do Município de Ourém para esse efeito.

4 — A caução a que se referem os números anteriores é liberada nos termos do artigo 295.º do Código dos contratos Públicos.

Capítulo V
Resolução de litígios

Cláusula 18.^a
Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do tribunal administrativo e fiscal de Leiria, com expressa renúncia a qualquer outro.

Capítulo VI
Disposições finais

Cláusula 19.^a
Subcontratação e cessão da posição contratual

A subcontratação pelo fornecedor e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 20.^a
Comunicações e notificações

1 — Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.

2 — Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

Cláusula 21.^a
Legislação aplicável

1- O contrato é regulado pela legislação portuguesa.

2 - O adjudicatário compromete-se a assegurar cumprimento das obrigações decorrentes do Regulamento Geral de Proteção de Dados (doravante designado RGPD) – Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho de 27/4 de 2016, e demais legislação que lhe seja aplicável relativa a dados pessoais, durante a vigência do contrato e, sempre que exigível, após a sua cessação, em conformidade com o estabelecido no anexo I do presente Caderno de Encargos.

Cláusula 22.^a
Especificações técnicas

1 - O presente caderno de encargos tem por objeto principal a iluminação festiva e decorativa alusiva ao Natal para os anos 2025 e 2026, nos períodos referidos na Cláusula 1.^a do presente caderno de encargos, dos seguintes locais:

- a) As ruas a contemplar na cidade de Ourém:
- Av.^a D. Nuno Álvares Pereira
 - Igreja Matriz de N.^a Sr.^a da Piedade
 - Largo Vitorino Carvalho (Museu Municipal)
 - Praça Agostinho Albano de Almeida
 - Praça Mouzinho de Albuquerque
 - Praça D.^a Maria II (Frente ao edifício Municipal)

- Praça D. Maria II (Edifício da Assembleia Municipal)
- Praça D.^a Maria II
- Praça da República (entre Largo Egas Moniz e Rua Afonso Gaio)
- Praça do Município (rua lateral Jardim Le Plessis-Trévise e CGD)
- Praça do Município (Jardim Le Pléssis-Trévise)
- Rotunda da Entrada da EN113
- Rotunda Centro Escolar St^a Teresa
- Rua Afonso Gaio- Aéreos
- Rua Alexandre Herculano
- Rua Neves Eliseu
- Rua Gago Coutinho
- Av.^a dos Bombeiros Voluntários até à rotunda (entroncamento com Rua Dr. Neves Eliseu)
- Rua Dr. Francisco Sá Carneiro até ao cruzamento da Rua de St^a Teresa de Ourém
- Rua de St^a Teresa até ao cruzamento da Av. D. Nuno Álvares Pereira
- Castelo
- Largo da Sé Colegiada
- Largo D.^a Maria I

d) As ruas a contemplar na cidade de Fátima:

- Rotunda dos Pastorinhos
- Rotunda dos Peregrinos
- Av. D. José Alves Correia da Silva
- Separadores na Av. D. José Alves Correia da Silva: Zona norte (desde a rotunda das velas até ao túnel) e Zona Sul (desde saída do túnel até à rotunda de St^o António)
- Rua João Paulo II
- Rua de Santo António
- Rua Francisco Marto
- Rua Jacinta Marto
- Rua Rainha Santa Isabel
- Rua Cónego Manuel Nunes Formigão
- Avenida Santo Agostinho
- Praça Luis Kondor
- Rua 13 de Maio
- Zona Pedonal entre Hotel St^a Cruz e Café Apollo
- Jardim Lombo d'Égua

Ourém, 15 de maio de 2025.

O Presidente da Câmara Municipal,

Luís Miguel Albuquerque

MUNICÍPIO DE OURÉM
CÂMARA MUNICIPAL
Caderno de Encargos

P116/2025 - Conção de Projeto de Iluminação Festiva e Decorativa do Natal de 2025 para as cidades de Ourém e Fátima (16220/2025)

-Página 11 de 19-

ANEXO I – CONDIÇÕES E INSTRUÇÕES SOBRE TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS EMITIDAS PELO RESPONSÁVEL PELO TRATAMENTO E QUE DEVEM SER CUMPRIDAS PELO ADJUDICATÁRIO AO ABRIGO DO DISPOSTO NO ARTIGO 28º DO RGPD

1. Descrição e caracterização do tratamento de dados pessoais (objeto e a duração do tratamento, a natureza e finalidade do tratamento, o tipo de dados pessoais e as categorias dos titulares dos dados):

- 1.1 A descrição e a caracterização dos tratamentos de dados pessoais consta dos vários documentos que compõem o procedimento de contratação do subcontratado;
- 1.2 O subcontratado deve apresentar uma avaliação de impacto ao tratamento dos dados na qual deve descrever de forma pormenorizada todas as operações de tratamentos de dados e medidas técnicas e organizativas adotadas.
- 1.3 A referida avaliação de impacto deve ser elaborada nos termos previstos no artigo 35º do RGPD.

2 Sem prejuízo das definições estabelecidas na legislação aplicável em matéria de proteção de dados pessoais, para efeitos destas condições, entende-se por:

- 2.1 «Responsável pelo tratamento»: aquele ou aqueles que determinam as finalidades e os meios de tratamento de dados pessoais. Neste caso é o adjudicante;
- 2.2 «Subcontratado» ou «subcontratante» na designação legal do artigo 28º do RGPD: aquele ou aqueles que processam dados pessoais por conta e segundo as instruções do responsável pelo tratamento. Neste caso é o adjudicatário;
- 2.3 «Subcontratado ulterior» ou «Subcontratante ulterior»: designa qualquer subcontratante contratado pelo adjudicatário que aceite tratar dados pessoais exclusivamente destinados a atividades de tratamento a realizar em nome do responsável pelo tratamento. Neste caso são os subcontratados do adjudicatário;
- 2.4 «Instruções»: qualquer comunicação escrita, dirigida pelo(a) adjudicante ao adjudicatário ou deste ao subcontratado ulterior, ordenando que atue de determinada forma em relação aos dados pessoais. Estas instruções são suscetíveis de ser retificadas, retiradas, amplificadas, ou substituídas, em qualquer altura e mediante notificação;
- 2.5 «Dados Pessoais»: informação relativa a uma pessoa singular identificada ou identificável («titular dos dados»); é considerada identificável uma pessoa singular que possa ser identificada, direta ou indiretamente, em especial por referência a um identificador, como por exemplo um nome, um número de identificação, dados de localização, identificadores

por via eletrónica ou a um ou mais elementos específicos da identidade física, fisiológica, genética, mental, económica, cultural ou social dessa pessoa singular;

2.6 «Serviços»: significa todos os serviços que são executados pelo adjudicatário no âmbito da relação estabelecida com o adjudicante;

2.7 «Tratamento», uma operação ou um conjunto de operações efetuadas sobre dados pessoais ou sobre conjuntos de dados pessoais, por meios automatizados ou não automatizados, tais como a recolha, o registo, a organização, a estruturação, a conservação, a adaptação ou alteração, a recuperação, a consulta, a utilização, a divulgação por transmissão, difusão ou qualquer outra forma de disponibilização, a comparação ou interconexão, a limitação, o apagamento ou a destruição;

2.8 «Violação de dados pessoais», uma violação da segurança que provoque, de modo accidental ou ilícito, a destruição, a perda, a alteração, a divulgação ou o acesso, não autorizados, a dados pessoais transmitidos, conservados ou sujeitos a qualquer outro tipo de tratamento;

3 Sem prejuízo de outras normas legais aplicáveis, os serviços prestados pelo adjudicatário devem ser conformes com os seguintes parâmetros legais, normativos, deliberações e orientações:

3.1 Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho de 27 de abril de 2016 - Regulamento Geral de Proteção de Dados;

3.2 Lei n.º 58/2019 de 08.08 que assegura a execução, na ordem jurídica nacional, do Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento e do Conselho, de 27 de abril de 2016 - Regulamento Geral de Proteção de Dados;

3.3 Resolução do Conselho de Ministros n.º 41/2018 que estabelece a Arquitetura de segurança das redes e sistemas de informação;

3.4 Lei n.º 46/2018 de 13 de agosto que Estabelece o regime jurídico da segurança do ciberespaço, transpondo a Diretiva (UE) 2016/1148, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 6 de julho de 2016, relativa a medidas destinadas a garantir um elevado nível comum de segurança das redes e da informação em toda a União;

3.5 Decreto-Lei n.º 65/2021 de 30 de julho, regulamenta o Regime Jurídico da Segurança do Ciberespaço e define as obrigações em matéria de certificação da cibersegurança em execução do Regulamento (UE) 2019/881 do Parlamento Europeu, de 17 de abril de 2019,

3.6 Quadro Nacional de Referência para a Cibersegurança do Centro Nacional de Cibersegurança;

3.7 Resolução do Conselho de Ministros n.º 2/2018, versão atualizada do Regulamento Nacional de Interoperabilidade Digital;

- 3.8 REGULAMENTO DE EXECUÇÃO (UE) 2018/151 DA COMISSÃO de 30 de janeiro de 2018 que estabelece normas de execução da Diretiva (UE) 2016/1148 do Parlamento Europeu e do Conselho no respeitante à especificação pormenorizada dos elementos a ter em conta pelos prestadores de serviços digitais na gestão dos riscos que se colocam à segurança das redes e dos sistemas de informação, bem como à especificação pormenorizada dos parâmetros para determinar se o impacto de um incidente é substancial;
- 3.9 DIRETIVA (UE) 2018/1972 DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO de 11 de dezembro de 2018 que estabelece o Código Europeu das Comunicações Eletrónicas;
- 3.10 Lei das Comunicações Eletrónicas que procede à transposição para o quadro nacional da Diretiva 2018/1972 e que está neste momento em fase de aprovação, na versão final que venha a ser aprovada e publicada em Diário da República.

4 Em relação a medidas técnicas e organizativas relativas ao tratamento e proteção de dados pessoais o adjudicatário respeitará, pelo menos, as seguintes:

- 4.1 Assegura que a solução que fornece para tratamento de dados pessoais é conforme a legislação de proteção de dados pessoais;
- 4.2 Executa medidas técnicas e organizativas adequadas de forma que o tratamento satisfaça os requisitos legais previstos, designadamente, no Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho de 27 de abril de 2016 - Regulamento Geral de Proteção de Dados (em diante RGPD) e na Lei n.º 58/2019 de 08.08 de 2019 que assegura a execução, na ordem jurídica nacional do RGPD, assegurando os direitos dos titulares dos dados;
- 4.3 Não contratará subcontratado sem que o Município tenha dado, previamente e por escrito, autorização específica ou geral. Em caso de autorização geral por escrito, o adjudicatário informará quaisquer alterações pretendidas quanto ao aumento do número ou à substituição de outros subcontratados, dando assim a oportunidade ao Município de oposição a tais alterações;
- 4.4 Trata os dados pessoais apenas mediante instruções documentadas do Município, incluindo no que respeita às transferências de dados para fora da UE, a menos que seja obrigado a fazê-lo por lei a que esteja sujeito, informando nesse caso o Município desse requisito jurídico antes do tratamento, salvo se a lei proibir tal informação por motivos importantes de interesse público;

- 4.5 Assegura que as pessoas autorizadas a tratar dados pessoais assumiram um compromisso de confidencialidade ou estão sujeitas a adequadas obrigações legais de confidencialidade;
- 4.6 Adota todas as medidas técnicas e organizativas para garantir a segurança dos dados pessoais, designadamente, as exigidas pelo RGPD;
- 4.7 Compromete-se, mediante solicitação escrita com antecedência de 15 (quinze) dias, a documentar sumariamente as referidas medidas e a disponibilizá-las ao Município, através de notificação escrita no prazo de 15 (quinze) dias úteis. poderá implementar, sem notificação prévia do(a) Município, medidas de segurança alternativas, desde que garantam um nível de segurança adequado ao tratamento de dados pessoais em causa;
- 4.8 Respeita as condições referidas nos nº 2 e 4 do artigo 28.º do RGPD para contratar subcontratado;
- 4.9 Tomando em conta a natureza do tratamento e na medida do possível, prestará assistência ao Município através de medidas técnicas e organizativas adequadas, para permitir que o Município cumpra a sua obrigação de dar resposta aos pedidos dos titulares dos dados tendo em vista o exercício dos direitos legalmente previstos;
- 4.10 Prestará assistência ao Município no sentido de assegurar o cumprimento das obrigações previstas nos artigos 32º a 36º do RGPD, tendo em conta a natureza do tratamento e a informação ao seu dispor;
- 4.11 **O subcontratado assegurará e fará a migração para os servidores municipais em formato interoperável de forma trimestral de todas as bases de dados tratadas por conta do município, de forma que o município consiga manter em sua posse todos os dados tratados pelo subcontratado.**
- 4.12 Consoante a escolha do Município, apaga ou devolve os dados pessoais depois de concluída a prestação dos serviços relacionados com o tratamento, apagando as cópias existentes, a menos que a conservação dos dados seja exigida pelas leis aplicáveis;
- 4.13 Disponibiliza ao Município todas as informações necessárias para demonstrar o cumprimento das obrigações previstas no artigo 28º do RGPD e facilita e contribui para auditorias, inspeções ordenadas pelo Município ou por auditor por este mandatado;
- 4.14 Informa imediatamente o Município, se no seu entender, alguma instrução violar a legislação em matéria de proteção de dados pessoais;
- 4.15 Se contratar outro subcontratado para a realização de operações específicas de tratamento de dados, são impostas a esse outro subcontratado, as mesmas obrigações em matéria de proteção de dados que as estabelecidas pelo Município em particular a obrigação de apresentar garantias suficientes de execução de medidas técnicas e organizativas adequadas de uma forma que o tratamento seja conforme com os requisitos

legais. Se esse outro subcontratado não cumprir as suas obrigações em matéria de proteção de dados, continua a ser plenamente responsável, perante o Município, pelo cumprimento das obrigações desse outro subcontratado;

- 4.16 Se cumprir código de conduta aprovado nos termos legalmente previstos na legislação de proteção de dados pessoais ou um procedimento de certificação aprovado nos termos da mesma legislação, poderá considerar-se como demonstração de garantias suficientes de proteção de dados pessoais.
- 4.17 Se em violação destas condições ou das normas legais de proteção de dados pessoais determinar as finalidades e os meios de tratamento de dados pessoais, será considerado como responsável pelo tratamento no que respeita ao tratamento em causa;
- 4.18 Garante que efetuará o tratamento dos dados pessoais apenas com a finalidade de prestar os serviços conforme as instruções e permissões documentadas do Município, em conformidade com a legislação aplicável, e não tratará dados pessoais para qualquer outra finalidade, inclusive para seu benefício;
- 4.19 Se efetuar o armazenando e ou conservação de dados pessoais por conta do Município, assume as seguintes obrigações:
- 4.19.1 Manterá os bancos de dados contendo dados pessoais obtidos no âmbito dos serviços prestados ao Município separados de outras informações de terceiros;
- 4.19.2 Atualizará os seus registos com dados pessoais atualizados;
- 4.19.3 Registarão todos os acessos aos dados pessoais, com informações que identifiquem o usuário que acedeu aos dados, quando ocorreu o acesso (data e hora) e se o acesso foi autorizado ou negado. E registará eventos atípicos (por exemplo, uma remoção computadorizada de um volume significativo de dados). Esses *logs* devem ser mantidos até que receba instruções do Município para sua eliminação.
- 4.20 Se efetuar a recolha de dados pessoais diretamente dos titulares dos dados em nome do Município obterá instruções deste sobre:
- 4.20.1 As informações que devem ser fornecidas aos titulares dos dados, designadamente, em cumprimento das obrigações de transparência sobre as condições de tratamento dos dados pessoais e os direitos dos titulares dos dados;
- 4.20.2 Se o consentimento dos titulares dos dados for necessário, como deve ser prestado e comprovado;
- 4.20.3 Conservação dos registos comprovativos das informações prestadas e consentimentos obtidos.

- 4.21 Deve notificar prontamente e atuar de acordo com as instruções do Município ou das autoridades competentes sobre:
- 4.21.1 Qualquer incidente de segurança ou de violação de dados pessoais;
 - 4.21.2 Quaisquer pedidos de acesso a dados pessoais por autoridades policiais ou outras autoridades governamentais;
 - 4.21.3 Qualquer solicitação de aplicação da lei ou das autoridades sobre informações relativas ao processamento de dados pessoais;
 - 4.21.4 Qualquer solicitação recebida diretamente de um titular dos dados referente aos seus dados pessoais;
 - 4.21.5 Concorde com a divulgação deste acordo e de informações por si prestadas sobre tratamento de dados pessoais para permitir ao Município demonstrar conformidade deste acordo com as leis aplicáveis.
- 4.22 Em caso de violação de dados pessoais está obrigado a comunicar de imediato ao Município, num prazo não superior a 24 horas da tomada do conhecimento. Nas 24 horas seguintes está obrigado a recolher e fornecer ao Município as seguintes informações:
- 4.22.1 O tipo de violação sofrida (relativa à confidencialidade, disponibilidade ou integridade dos Dados Pessoais);
 - 4.22.2 Os tipos de Dados Pessoais envolvidos na violação e o número aproximado de Titulares dos Dados Pessoais envolvidos;
 - 4.22.3 A gravidade das consequências para os envolvidos (por exemplo, danos físicos, morais, psicológicos ou para a reputação);
 - 4.22.4 As medidas adotadas para sanar a violação de dados pessoais e mitigar os seus potenciais efeitos negativos;
 - 4.22.5 Compromete-se a auxiliar o Município nas atividades de comunicação aos titulares dos dados pessoais e/ou de notificação à autoridade de controlo, nos termos previstos nos artigos 33.º e 34.º do RGPD, tendo em conta a natureza do tratamento e as informações detidas;
 - 4.22.6 Deverá conservar um registo das atividades de tratamento por conta do Município;
 - 4.22.7 Notificará de imediato o Município de qualquer monitorização, auditoria ou controlo por parte de entidades reguladoras/de supervisão de que seja objeto no âmbito do tratamento de dados pessoais em causa;

- 4.22.8 Os dados pessoais serão tratados na União Europeia. Caso aplicável, o Município será devidamente notificado(a) do requisito jurídico para a eventual transferência de dados pessoais para fora do território da União Europeia;
- 4.22.9 Se o(s) titular(es) de dados pessoais solicitar(em) diretamente a o acesso, a retificação, o apagamento, a limitação ou a portabilidade dos seus dados pessoais, ou a oposição ao tratamento dos seus dados pessoais, deverá reencaminhar o pedido ao Município sem demora e num prazo não superior a 5 (cinco) dias úteis após receção do mesmo.

5 Duração das obrigações do adjudicatário:

- 5.1 As obrigações vigoram pelo mesmo período da relação contratual com o Município;
- 5.2 Na data de cessação da relação contratual, compromete-se a cessar o tratamento realizado por conta do Município e a devolver ou apagar os dados pessoais, conforme seja definido pelo Município, bem como as cópias dos mesmos - em papel e/ou formatos eletrónicos - que tenham eventualmente sido feitas, disponibilizando evidência da destruição quando solicitado pelo Município;
- 5.3 Sem prejuízo do disposto no número anterior, tem o direito de tratar os Dados Pessoais, mesmo após a cessação, para a finalidade única e exclusiva de cumprir com obrigações legais ou regulamentares específicas que lhe sejam aplicáveis, com o limite e pela duração prevista, devendo desta obrigação dar conhecimento ao Município;
- 5.4 Compromete-se a garantir que todos os subcontratados ulteriores cessem o tratamento de dados pessoais e devolvam ou destruam as cópias de dados pessoais de acordo com 5.3 acima e sem prejuízo da aplicação, incluindo aos subcontratados ulteriores, do disposto em 5.4, disponibilizando evidência da destruição pelos subcontratados ulteriores quando solicitado pelo Município;
- 5.5 Compromete-se a respeitar os prazos de conservação em arquivo dos dados pessoais de acordo com as instruções do Município;
- 5.6 Por ocasião e em face da cessação da relação contratual receberá instruções do Município para a reversão para o Município ou para outro subcontratado, de modo a que a transição seja o mais suave possível, não gerando quaisquer quebras ou falhas.

6 O adjudicatário incorre nas seguintes responsabilidades em relação ao tratamento de dados pessoais:

- 6.1 Caso não cumpra as obrigações aqui previstas ou das normas sobre a proteção de dados e esse incumprimento determinar a aplicação de uma qualquer sanção, coima ou multa ao

Município, ou lhe cause algum prejuízo, dano ou despesa, poderá ser diretamente responsável perante o Município, ficando obrigado a indemnizar o Município e a mantê-lo incólume, quando tal incumprimento lhe seja diretamente imputável e na medida da sua contribuição em concreto para o tal incumprimento;

6.2 A violação das suas obrigações confere ao Município o direito de resolução, sem prejuízo da indemnização pelos prejuízos e danos causados;

6.3 Compromete-se a indemnizar, e manter a Município incólume relativamente a danos, despesas, custos ou encargos decorrentes de violação de dados pessoais ou por subcontratado ulterior ou por estes gerada ou originada.

7 Cumprimento das obrigações de transparência pelo Município em relação ao tratamento de dados pessoais do adjudicatário:

7.1 O Município efetua o tratamento de dados pessoais do adjudicatário, se este for pessoa singular, ou dos seus legais representantes e trabalhadores, e sendo estes titulares de dados pessoais, presta informações a que se referem os pontos seguintes para cumprimento das obrigações legais de transparência;

7.2 O Município será o responsável pelo tratamento dos dados pessoais e poderá ser contactado na sua sede ou através do telefone e do endereço eletrónico indicados neste procedimento;

7.3 O Município nomeou encarregado de proteção de dados que poderá ser contactado através do email dpo@mail.cm-ourem.pt;

7.4 As finalidades e licitude do tratamento dos dados pessoais são necessárias para cumprimento de obrigações legais;

7.5 Não é possível determinar o prazo de conservação dos dados sendo os critérios para definir esse prazo, o tempo necessário à execução e verificação do cumprimento do contrato, acrescido do prazo de arquivo da documentação previsto na legislação;

7.6 Mediante contacto com o Município ou com o encarregado de proteção de dados poderá, de acordo com os critérios previstos na legislação, exercer os direitos de confirmação do tratamento dos dados, acesso aos dados, retificação dos dados, limitação do tratamento, apresentar reclamação à autoridade de controlo (Comissão Nacional de Proteção de Dados), apagamento dos dados ("direito a ser esquecido"), portabilidade dos dados e oposição ao tratamento;

7.7 A comunicação dos dados pessoais é necessária para cumprimento de obrigações legais;

7.8 O tratamento dos dados não inclui decisões automatizadas, nem definição de perfis, nem haverá tratamento posterior dos dados para finalidades distintas das que presidiram à recolha.